

# Estados não podem ficar fora do debate sobre Segurança Pública

Em entrevista ao Fonte Segura, o presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, Cristiano Barbosa Sampaio, fala sobre os desafios para implementar o SUSP e da relação com a União, entre outros temas

**Arthur Trindade M. Costa**  
16 de junho de 2020

DENNIS TAVARES / GOVERNO DO TOCANTINS



Cristiano Sampaio é presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública

O *Fonte Segura* entrevista nesta semana o delegado federal Cristiano Barbosa Sampaio, atual secretário de Segurança Pública do Tocantins. Em sua trajetória profissional, Sampaio também foi secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e atualmente é o presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública. Ele falou das dificuldades de implementação do SUSP pelos Estados, da melhoria da interlocução das secretarias com a chegada do novo ministro da Segurança Pública, André Mendonça, dos movimentos por melhoria salariais nas polícias do país e das ações de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus. Confira abaixo os principais pontos da conversa com Cristiano Sampaio.

**FS:** Secretário, na semana passada a lei que criou o SUSP completou dois anos. Como o senhor vê este processo de implementação das medidas previstas na lei?

Vejo como um processo em amadurecimento. O Sistema Único de Segurança Pública foi criado com um conjunto de estratégias, meios e instrumentos que não se realizam apenas com a caneta. A integração, coordenação e cooperação precisam de ações lideradas pelos órgãos federais com a participação dos Estados. Os Sistemas Nacionais previstos no SUSP não vão se concretizar se não houver investimentos para o desenvolvimento das tecnologias necessárias. A interlocução entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública com os Estados foi tímido nesse último ano, prejudicando essa coordenação e integração. Por outro lado, várias ferramentas tecnológicas se encontram em fase de desenvolvimento e certamente, quando implementadas, trarão grandes ganhos para uma atuação sistêmica da segurança pública contra a criminalidade no país, como a integração dos boletins de ocorrência, das estatísticas criminais, dos sistemas de videomonitoramento, das pesquisas integradas às bases nacionais. Hoje todos os Estados já estão interligados ao SINESP (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas), mas em apenas algumas ações. O SINESP é apenas um dos cinco sistemas previstos na Lei do SUSP, e o próprio SINESP possui um conjunto de subsistemas (informações, sistema prisional, rastreabilidade de armas, perfil genético, identificação civil e criminal e combate às drogas). Precisamos reconhecer que estão sendo feitos esforços e já existem alguns resultados na efetiva implementação do SUSP, mas também precisamos reconhecer que o Sistema é grande e complexo, e que ainda há muito a ser feito.

**FS: Quais são os maiores problemas e resistências a serem superados para que, de fato, possamos tirar o SUSP do papel?**

Talvez o maior problema seja a definição de prioridades por parte do Governo Federal. A maioria das ações previstas no SUSP depende da implementação de projetos estruturantes que competem ao Governo Federal, como todos os Sistemas Nacionais ali previstos, principalmente o SINESP. E a implementação dessas ações estruturantes, sistêmicas, não têm sido tratadas como prioridade, principalmente na hora de distribuir os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. No ano passado, por exemplo, ao se destinar o orçamento da SENASP de cerca de R\$ 250 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), as operações da Força Nacional receberam mais de R\$ 180 milhões, enquanto os investimentos em tecnologia e capacitação receberam aproximadamente R\$ 40 milhões e R\$ 1 milhão, respectivamente.

**FS: Esses recursos não são suficientes?**

A prioridade dos recursos federais do FNSP não pode ser investimentos no nível operacional, em prejuízo do nível estratégico, integrador e formador que competem à União, por previsão legal do SUSP. Os R\$ 40 milhões previstos para o SINESP mal conseguem suportar os custos atuais do Sistema, e se não houver aporte substancial de recursos, jamais vamos ver sair do papel os projetos que permitem produzir conhecimento para combater as organizações criminosas e o tráfico de drogas em âmbito nacional. Jamais vamos conseguir ter um sistema de registros civis e criminais nacional e integrado. Não teremos nunca um banco de dados que permita o rastreamento de armas e munições, ou mesmo um sistema único que permita confrontar o perfil genético de criminosos que andam pelas diferentes unidades da Federação. As operações da Força Nacional não são apenas muito caras diante do orçamento federal da Segurança Pública. A Força Nacional ainda tem outro custo gigantesco, que impacta no orçamento dos Estados, que continuam custeando a folha de pagamento de todos os policiais, e ainda suportam todos os demais encargos, como férias, licenças e aposentadoria ao final da carreira. Se existem poucos recursos para a Segurança Pública, a União precisa definir quais são as suas prioridades, qual o seu papel principal: se é de realizar operações em todo o território nacional com o ínfimo efetivo de 2 mil homens (as forças estaduais possuem cerca de 500 mil homens), ou se vai desenvolver ações estruturantes em âmbito nacional para permitir um salto de qualidade na gestão da segurança pública do país.

**FS: Embora os estados respondam pela maior parte dos gastos com segurança pública, o papel da União e dos Municípios também é fundamental. Entretanto, sabemos que a articulação entre os entes federativos deixa a desejar. O que pode ser feito para melhorá-la?**

Talvez a efetiva implementação do SUSP seja um caminho para melhorar essa interlocução. A criação dos Planos Estaduais de Segurança Pública e a criação e funcionamento dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública são ações previstas no SUSP, e se revelam como ferramentas para o planejamento, execução e monitoramento das políticas de segurança pública, de forma transversal e participativa. Os princípios, diretrizes e objetivos previstos no SUSP apontam para uma atuação integrada e sistêmica envolvendo todos os entes das três esferas de governo que fazem parte do Sistema.

**FS: No começo do ano, alguns secretários estaduais de segurança pública se reuniram com o presidente para se queixar da falta de interlocução com o Ministério da Justiça. Está interlocução melhorou?**

São muitos os problemas e desafios da Segurança Pública. Mas é possível avançar bastante quando existe diálogo. O diálogo com a SENASP, o SEOPI e com o próprio MJSP andou bastante prejudicado nesse início de gestão. Com a chegada do Ministro André Mendonça, pudemos ver, em menos de um mês, uma receptividade aos secretários antes inexistente. Nossa primeira reunião dos secretários de Segurança Pública com o novo ministro se deu sob a direção do presidente da República e com a participação de diversos ministros ligados direta ou indiretamente à área da segurança pública. Buscamos esse diálogo, essa interlocução durante

muito tempo, e agora estamos conseguindo ter algum espaço nas discussões que nos afetam diretamente. O desafio que se impõe agora é que esse diálogo se transforme em ações, em resultados.

**FS: A criação do Ministério da Segurança Pública voltou a ser cogitada. Como o senhor vê este debate?**

Quando o Ministério da Segurança Pública foi criado em 2018, tivemos grandes avanços. Ali foi criada própria Lei do SUSP, foram definidas formas de financiamento da segurança com a destinação de recursos das loterias, foram estabelecidos o Plano e a Política Nacional de Segurança Pública, dentre outros. Questões simples, como estabelecer uma forma única de contar os homicídios no país foram superadas (alguns Estados contavam por número de vítimas, outros por ocorrências, ainda que com diversas vítimas; alguns Estados computavam as mortes decorrentes de enfrentamento policial, outros não; alguns Estados computavam óbitos como "mortes a esclarecer", "encontro de cadáver"... não havia uma uniformidade). Mas apesar dos avanços havidos, a criação de uma nova pasta nunca foi consenso entre os secretários de Segurança, por motivos diversos. Mas existe hoje um consenso entre os secretários: com a criação ou não de um novo ministério, cuja decisão compete ao Governo Federal, o mais importante é que exista uma efetiva participação dos Estados nas pautas da segurança Pública, afinal, 85% dos recursos da segurança pública são custeados pelos Estados, e mais de 90% do efetivo policial é dos Estados. A competência para combater a grande maioria da criminalidade que afeta os cidadãos diariamente é dos Estados. Então os Estados não podem ficar de fora do debate e das decisões na área de segurança pública, que muitas vezes são de competência da União. Quem estiver à frente dessa pasta precisa ter a percepção que o país tem dimensões continentais e realidades distintas, e que as soluções, os investimentos, as estratégias a serem adotadas podem não ser as mesmas para todo o país.

**FS: O senhor tem grande experiência como gestor de segurança pública, pois foi secretário no DF e em TO. Segundo dados do Monitor da Violência, depois de um período de queda, faz 8 meses que a taxa de homicídios voltou a crescer no país. Como o senhor interpreta isso?**

Como disse, o país possui realidades diversas. Em alguns Estados, os índices continuam caindo, enquanto em outros tivemos aumento. São muitos os fatores que determinam o número de mortes violentas, e certamente um dos mais determinantes é a movimentação das facções criminosas, as disputas por territórios. Isso aconteceu no início do ano no Tocantins e está acontecendo agora no Amazonas, por exemplo. A greve da Polícia Militar no início do ano teve grande impacto nos índices do Ceará. Então não parece adequado fazer uma leitura única de causalidade para o aumento desses números, até porque em alguns estados continuam baixando. Mas a existência de políticas públicas consistentes na área da segurança pública, com fixação de metas e investimentos necessários, trará uma estabilidade maior dos índices. É bom lembrar que os recursos do SUSP apenas foram repassados aos Estados em 30 de dezembro de 2019 e ainda estão em fase de execução, num processo que é burocrático por natureza. Os sistemas nacionais estão em fase de desenvolvimento. Nem todos os Estados criaram seus planos de segurança. Então, talvez o SUSP apresente seus primeiros resultados efetivos a partir deste ano, quando os recursos tiverem sido empregados e os planos e sistemas tiverem sido desenvolvidos.

**FS: Como os secretários de segurança têm visto os movimentos por melhores condições salariais dos policiais? Sabemos que isso, de algum modo, pode servir de combustível para a politização das forças policiais.**

Acredito que todos os secretários querem ver as policias fortalecidas e bem remuneradas. O objetivo é comum a todos. Em tese, quanto melhor remunerada, em regra estarão mais motivadas a alcançar as metas de redução de criminalidade. Mas a preocupação que existe é na forma de buscar essas melhorias. Greves de policiais são proibidas. Elas ferem princípios básicos da hierarquia e disciplina. E as forças de segurança são compostas por homens (e mulheres) armados. Se não houver efetivo controle dessas forças, podemos ver nascer milícias, ou ver os homens e armas dos Estados passarem a atender a interesses privados, classistas. E isso é um risco muito grande, para o próprio Estado democrático de direito. Misturar polícia e política é, certamente, uma combinação muito perigosa, diria explosiva.

**FS: As ações de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus são um dos maiores desafios para a segurança pública. Quais têm sido as maiores dificuldades encontradas pelas secretarias de segurança pública?**

Existem desafios internos e externos. Internamente, prover os equipamentos de proteção individual foi difícil num primeiro momento. As aquisições em tempos de pandemia levaram a um aumento de preços que encontra justificativa nas leis do livre mercado, mas que representam problemas e riscos para os gestores frente aos tribunais de contas e demais órgãos de controle. E esses equipamentos precisam ser disponibilizados para o efetivo que está diariamente nas ruas. As próprias baixas de efetivo em razão da COVID-19 também exigem mais das forças de segurança, para manter suas atividades. Externamente, resta para as policias o dever de fazer o controle social, de fazer cumprir as leis e decretos que impõem o distanciamento social, papel muitas vezes antipático aos olhos da população. Mas esse papel de controle social já faz parte da rotina das forças de segurança, e a população em regra tem se mostrado consciente e disciplinada para manter o distanciamento social.

**Arthur Trindade M. da Costa**

Professor da Universidade de Brasília (UnB) e membro do conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://backup.forumseguranca.org.br/tema-da-semana/template-1-tema-da-semana-5mxbj-qedcf-3eoys-26r5h-am2ce-n2rut-o2ncc-uricu-r5hgi-nf6xx-6v3nu-p-bs-smnuf-d2b4g-j2r8n-sze6j>

